

## **Ocupação humana no Pantanal**

**Sandro Menezes Silva**

**Isamara Carvalho Ferreira**

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD  
Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais - FCBA

O Pantanal é reconhecido como uma região bastante heterogênea, havendo propostas que reconhecem entre 10 e 18 “pantanais”. Essa heterogeneidade ambiental e fisiográfica também é registrada em relação aos agrupamentos humanos que passaram pela região nos últimos milhares de anos, tanto na época dos pré-ceramistas, passando pelas populações ceramistas e chegando às comunidades indígenas, que, há cerca de 300 anos atrás, ocupavam as diferentes partes do Pantanal. Essa região sempre foi caracterizada por uma grande diversidade étnica e cultural, fruto de movimentos migratórios vindos dos planaltos do seu entorno, do Chaco e da Amazônia. Costuma-se denominar de povos pré-coloniais àqueles que ocupavam a região antes da chegada dos europeus, no século XVI, coloniais aos que se desenvolveram na sequência à chegada dos espanhóis e portugueses à região, e pós-coloniais ou contemporâneos para os que resultaram dessa mistura étnica e cultural, e que chegaram até o período atual, recebendo várias outras influências de quem foi chegando à região.

Há um consenso entre os especialistas que já estudaram a região que os registros da presença humana mais antigos no Pantanal são datados entre 10 e 8 mil anos AP (antes do presente), sendo provavelmente populações de caçadores/coletores/pescadores que, apesar de constituírem acampamentos temporários em algumas áreas, deslocavam-se por um extenso território em busca dos recursos necessários à sua sobrevivência. Os locais desses acampamentos estão registrados por vestígios como armas e ferramentas líticas, ou seja, feitas de pedra, além de depósitos de conchas e ossos, resultantes da dieta adotada por esses povos, e de esqueletos humanos, o que indica o uso desses locais para disposição daqueles que morriam durante o período de ocupação. Inscrições e gravuras rupestres também confirmam a presença dessas populações no Pantanal, distribuídas em várias regiões e que ainda estão sendo estudadas para uma melhor compreensão da dinâmica e dos modos de vida dessas populações pré-históricas. O que se sabe até o momento é que algumas dessas inscrições, na sua maioria feitas em baixo relevo, conhecidas como petroglifos, datam de mais de 4 mil anos AP, sendo encontradas em Corumbá, Ladário, Aquidauana e Anastácio, no Mato Grosso do Sul, e em Cáceres e Rondonópolis, no Mato Grosso.

Grande parte dos registros de presença humana no Pantanal concentra-se nas partes mais elevadas da região, e, portanto, livre das inundações periódicas, como as morrarias, as cordilheiras, os capões e os aterros. Registros arqueológicos de diferentes épocas confirmam essas ocorrências, especialmente nos últimos 5 mil anos, quando o Pantanal assumiu a configuração atual em termos de superfície de inundação.

Povos ceramistas, isto é, que faziam objetos de barro para diversas finalidades, também têm registros no Pantanal, com datações que vão de 3 mil a 800 anos AP; a forma como

trabalhavam a cerâmica e o tipo de objetos e ornamentações que adotavam permitem agrupar esse material em diferentes unidades culturais, denominadas Tradição. Para o Pantanal são descritas três tradições, sendo a Pantanal a mais antiga (entre 3 e 2 mil anos AP), a Tupi-Guarani com idade intermediária (entre 2 e 1 mil anos AP) e a Descalvado a mais recente (entre 1.200 e 800 anos AP). Os objetos de cerâmica encontrados nas pesquisas arqueológicas no Pantanal indicam que eram usados para cozimento e armazenagem de alimentos, uma vez que esses povos já desenvolviam uma agricultura primitiva, usando para isso as áreas mais altas, livres das inundações periódicas características da região.

Existem registros de diversos povos indígenas que viveram no Pantanal e seu entorno, com destaque para os Guató, Guaikuru, Kadiwéu, Payaguá, Guaná, Bororo, Kinikinau, Terena, Laiana e Guarani; essas etnias chegaram à planície pantaneira a partir de regiões no seu entorno, notadamente da Amazônia, do Chaco e do Cerrado do Brasil Central. O modo de vida desses povos era baseado na caça e na pesca, com agricultura incipiente, e muitos deles eram hábeis canoieiros. Cada grupo tinha seu território, que embora não fossem demarcados formalmente, serviam de base para manter as necessidades básicas dos grupos e, em alguns casos, eram alvo de disputas ou locais para trocas de saberes entre as culturas vigentes.

Os Guaikuru eram nômades, caçadores e coletores, e atacaram os espanhóis e portugueses desde os primeiros contatos. Foram derrotados por Alvár Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542, quando negociaram a paz e aprenderam a utilizar o ferro e a montar cavalos. Em meados do século XVII migraram para terras da bacia do Alto Paraguai, e, em 1640, destruíram Santiago de Xerez e dominaram seu território. Depois, aliaram-se aos Guaná, agricultores e mais pacíficos, e aos Payaguá, formando alianças para defesa do território e promovendo intenso intercâmbio cultural. No século XIX, o Império brasileiro adotou medidas para o extermínio dos Guaikurú, restando atualmente desse grupo étnico os Kadiwéu.

Os Payaguá eram nômades, caçadores coletores e canoieiros, conhecidos como índios de corso, pois saqueavam as embarcações espanholas e portuguesas usando suas canoas de guerra entre os séculos XVI e XVIII. Guerras e tentativas de cristianização levaram esse povo ao extermínio, havendo registros de alguns remanescentes que foram viver na periferia de Assunção, no Paraguai, onde até hoje podem ser encontrados seus descendentes.

Os Guató viviam da caça, pesca e coleta, eram hábeis canoieiros, e tinham seu território ao longo do rio Paraguai. Foram expulsos pelas fazendas de gado que avançaram no seu território, além de peleiros (comerciantes de peles) e coureiros (comerciantes de couro de jacaré), que dificultaram a permanência dos Guató nos seus territórios originais. Tiveram que migrar para outras regiões do Pantanal, e os poucos que restaram foram dizimados pela varíola, no final do século XIX, levando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a declarar sua extinção em 1950. Com ajuda de missionários salesianos lutaram pelo reconhecimento étnico e pela posse da ilha Ínsua, no Mato Grosso do Sul e, atualmente, estão entre os poucos grupos indígenas a viver na planície do Pantanal, existindo apenas três núcleos remanescentes desse grupo, dois no Mato Grosso do Sul e um em Mato Grosso, que ocupam uma área de pouco mais de 12 mil

hectares onde plantam mandioca, milho, feijão e árvores frutíferas, além de praticarem pecuária e pesca de subsistência.

Conforme informações constantes na base do Instituto Socioambiental (<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>), existem no Pantanal sete Terras Indígenas devidamente reconhecidas - Baía dos Guatós, Cachoeirinha, Guató, Kadiwéu, Perigara, Taunay/Ipegue e Tereza Cristina, que juntas totalizam cerca de 684 mil hectares, nas quais vivem cerca de 11.700 indígenas. A maior Terra Indígena fora da Amazônia brasileira está situada no Pantanal, a TI Kadiwéu, com cerca de 539 mil hectares de extensão, onde vivem quase 1.700 indígenas, de três etnias: Kadiwéu, Kinikinau e Terena.

A chegada dos espanhóis e portugueses à região foi desastrosa para essas populações indígenas, levando vários desses à extinção, seja pelo uso das armas, seja pela aculturação, ou então pela transmissão de doenças para as quais esses povos não tinham defesas naturais. Os indígenas e suas terras no Pantanal foram vistas como objeto de conquista e apropriação por esses colonizadores, que buscavam riquezas materiais e conquistar novas almas para o cristianismo, além de buscar escravos para trabalharem nas atividades que realizavam na região, notadamente a mineração de ouro.

Muito do que se sabe sobre os hábitos e a cultura desses indígenas vem de descrições feitas pelos colonizadores europeus, uma vez que esses povos não tinham o hábito de registrar seus cotidianos pela escrita. Os estudos arqueológicos realizados na região também contribuem para o entendimento de como era a vida dessas populações, ainda que muito material tenha sido perdido durante a exploração da região pelos espanhóis e portugueses.

O território pantaneiro foi concedido ao império colonial da Coroa Espanhola pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Os primeiros espanhóis chegaram à região do Pantanal a caminho das regiões em que acreditavam existir metais preciosos (ouro e prata), notadamente na região andina do Peru, mas também em busca de especiarias e madeira. Ao chegarem aos grandes alagados e às baías do Pantanal, denominaram de Mar de Xarayés, impressionados pela amplitude dos corpos d'água vistos durante a estação das cheias, notadamente nas grandes baías localizadas entre o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso e a Bolívia. Constatado que se tratava de grandes massas de água doce, distantes muitos quilômetros do mar propriamente dito, passaram a chamar de Laguna dos Xarayés, nome dado em alusão aos índios Xarayé, que antes mesmo do final do século XVI, já estava praticamente extintos em função dos conflitos com esses colonizadores espanhóis. Os Xarayé formavam aldeias ao longo das margens do rio Paraguai, e, ao menos inicialmente, foram amistosos aos europeus. Praticavam uma agricultura rudimentar, com plantio de milho, batata, mandioca e algodão, além de criarem patos; ainda caçavam e pescavam usando canoas, e as mulheres faziam tecelagem. Estima-se que existiam cerca de 8 mil Xarayé, que se dispersaram e desapareceram após a tentativa dos espanhóis de usá-los como mão de obra na cidade de Santa Cruz de La Sierra, em meados do século XVI.

Os portugueses não respeitaram o Tratado de Tordesilhas e avançaram sobre os domínios espanhóis, forçando os espanhóis a abandonar várias de suas ocupações. Já os espanhóis, preocupados com as tentativas dos portugueses de dominar as terras a longo do rio

Paraguai, fundaram cidades e povoados, além de implementar atividades lucrativas para aumentar a ocupação na região; fundaram cidades como Assunção, no Paraguai, e Santiago de Xerez, no Mato Grosso, onde criavam rebanhos bovinos e equinos. As missões jesuíticas, estabelecidas com a finalidade de catequizar indígenas, também serviram para conter o avanço dos portugueses, entre os séculos XVII e XVIII, sendo importantes também no cultivo do tabaco e exploração da erva-mate, empregando mão de obra indígena catequizada. Além disso, estimulavam a criação de bovinos e equinos, com grande valor na época, além de plantarem mandioca, milho e algodão.

As primeiras populações luso-brasileiras chegaram ao Pantanal pelo interesse no ouro existente nas imediações de Cuiabá, sendo os rios as principais vias de transporte para atingir essas regiões. As monções eram comboios mercantis formados pelos portugueses, constituídos por canoas que partiam de São Paulo pelo rio Tietê, chegavam ao rio Paraná, passavam pelos rios Pardo e Camapuã, quando transpunham a bacia para o rio Coxim e atingiam o Taquari, para então seguir pelo rio Paraguai até as minas de Cuiabá; foram muito importantes nessa frente de ocupação do Pantanal, onde além de buscar riquezas, também garantiam o controle do território e da navegação fluvial. Muitos comboios foram duramente atacados pelos indígenas, especialmente quando passavam por trechos mais estreitos do rio Paraguai e de seus principais tributários, o que gerou diversos conflitos entre esses povos e os portugueses. Nesse processo de ocupação, a Coroa portuguesa fundou vários núcleos em pontos estratégicos, como Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1727), Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), Albuquerque (1778), Vila Maria (1778), Casalvasco (1783), e Forte Coimbra (1775), permitindo a presença de militares e um maior controle da Coroa sobre a região. A mineração de ouro na região de Cuiabá não durou muito tempo, e, a partir do século XVIII, os portugueses buscaram alternativas econômicas para a região, quando implementaram engenhos de cana-de-açúcar para produção de açúcar, rapadura e aguardente, visando o comércio local e regional, além da pecuária, que prosperou e acabou se tornando a principal atividade econômica na região.

A ocupação das fazendas no Pantanal para a pecuária ocorreu principalmente entre 1830 e 1840, por meio de duas frentes, uma vinda de Cuiabá e cidades do norte do Mato Grosso, que se estabeleceram nas bacias dos rios Miranda e Aquidauana, e outra vinda de Cáceres, Livramento e Poconé, que ocuparam a região da Nhecolândia, entre os rios Taquari e Negro. Essa atividade influenciou fortemente a cultura regional, além de contribuir para a consolidação de algumas cidades, como é o caso de Corumbá, No Mato Grosso do Sul, onde muitos fazendeiros construíram suas moradias fora das fazendas e contribuíram para a configuração atual dessa cidade.

O domínio luso-brasileiro na região, o que incluía o controle da navegação pelo rio Paraguai, não agradou a Solano Lopez, governante do Paraguai à época, que insatisfeito com questões de limites e acesso à navegação, deflagrou uma guerra contra o Brasil, o Uruguai e a Argentina, que ficou conhecida como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Foi um dos conflitos bélicos mais sangrentos da América do Sul, que durou de 1864 a 1870, ceifando a vida de mais de 100 mil pessoas, a maioria de paraguaios. Os números são imprecisos, mas

sabe-se que todos os países envolvidos tiveram muitas perdas humanas e econômicas com a guerra, em detrimento da consolidação territorial dos países da Tríplice Aliança; o Paraguai foi o país que mais perdeu com a guerra, pois além de vidas humanas, teve sua economia arrasada e seu território diminuído, demorando muitos anos para se recompor. A atividade pecuária, que já estava em processo de consolidação na planície pantaneira, foi interrompida durante o período da guerra, com várias consequências sociais e econômicas para a região.

Já no início do século XX, a implantação da rede telegráfica no Mato Grosso foi importante para a integração da região ao restante do país, além de integrar Cuiabá e Corumbá. Nessa parte da história, merece destaque o Marechal Cândido Rondon, nascido em Cuiabá, e que liderou a Comissão Rondon, encarregada de construir essa linha telegráfica. Preocupado com a situação dos indígenas que foi encontrando pelo caminho, o Marechal Rondon auxiliou no processo de demarcação de algumas terras indígenas, especialmente dos Terena e dos Kinikinau, com apoio do governo estadual. Ao final do seu trabalho, foram implantados quase 600 quilômetros de linhas telegráficas, ligando as cidades de Cuiabá, Corumbá, Coxim, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Jardim, Porto Murtinho e Bela Vista, chegando até a divisa com o Paraguai, no rio Apa.

Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que incluem o Pantanal, foram separados em 1977, e a partir disso, a pecuária foi gradualmente se transformando numa atividade empresarial, principalmente nas fazendas localizadas nas partes mais altas, com a substituição dos campos nativos por pastagem plantada, além de haver um incremento no turismo e na pesca esportiva. As cidades passaram a receber contingentes populacionais vindos das fazendas pantaneiras que passavam por mudanças e de outras regiões desses estados, contribuindo para o crescimento da economia regional.

A paisagem do Pantanal é resultado da ação humana que ocorreu nos últimos milênios, tendo cada povo deixado sua herança e suas contribuições ao que conhecemos hoje. O resgate dessa história é a base para sua valorização e disseminação à sociedade, pois a maioria dos brasileiros não conhece, de fato, o Pantanal. Não só a biodiversidade é o cartão postal do Pantanal, mas também a diversidade cultural, furto de uma história rica e importante para a identidade regional. Para que o Pantanal mantenha e valorize essa riqueza, biológica e histórica, é necessária sua disseminação para a população em geral, o respeito aos diversos grupos e atores sociais que fizeram e fazem dessa região o que ela é, e a o incentivo para que o seu desenvolvimento não leve à sua destruição e à perda das referências históricas que marcam essa importante região do Brasil.

#### **Bibliografia Consultada:**

Aguiar, R. L. S., de Souza, J. C., Ribeiro, L., Sampaio, D., & Lima, K. M. (2014). As gravuras rupestres do Alto Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Fronteiras**, 16(28), p. 70-86. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/4543/2323>

Arruda, A. A. C. & Peixoto, J. L. S. Os estudos etnohistóricos no Pantanal, Brasil: abordagens, fontes e novas perspectivas. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, nº 23, p. 125-143, 2017.

Bespalez, E. (2015). Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos avançados**, 29, p. 45-86.

Corrêa, L. S. & Corrêa, V. B. (2013). **A história do Pantanal contada pelo MUHPAN**. 1ª ed. São Paulo, Via Imprensa Edições. 64 p.

Franco, J. L. A. et al. (2013). Ocupação do Pantanal Mato-grossense. In: **Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Garamond. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0reXDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP6&dq=Ocupa%C3%A7%C3%A3o+do+Pantanal+Mato-grossense.+&ots=E7IFK2RCNY&sig=kg6Gw6TONlqDmeYifth-FOZXDZk>

Kashimoto, E. M., & Martins, G. R. (2013). Arqueologia da Região do Maciço do Urucum e Pantanal de Corumbá-Ladário/MS. **Albuquerque: revista de história**, 5(10). Disponível em <https://desafioonline.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/4055/3238>

Oliveira, J. E., & Viana, S. A. (1999). O centro-oeste antes de Cabral. **Revista USP**, (44), p. 142-189. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15102014-154541/publico/BespalezRevisada.pdf>

Schmitz, P. I. (1998). Arqueologia em Mato Grosso do Sul: dois projetos, dois resultados. **Fronteiras**, 2(4), p. 203-222. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/13368/6818>